

3. A IMPORTÂNCIA DO COTIDIANO

...vivemos, de modo incorrigível, distraídos das coisas mais importantes.

GUIMARÃES ROSA

Até aqui temos insistido na crítica ao estilo de estudos da educação brasileira, no qual os autores operam com categorias demasiado abstratas para permitirem descrições confiáveis das práticas escolares concretas. O defeito desses estudos está, justamente, no fato de que, nas generalidades em que permanecem, os autores não estão autorizados às qualificações e classificações que fazem de uma prática desconhecida, porque inacessível a partir das posições em que eles se situam. O apego às tipologias, não obstante as facilidades retóricas que enseja, pode tornar inapto o esforço de apreensão de uma ampla gama de sinais e indícios importantes para compreensão da realidade humana, mas que são imperceptíveis a partir de categorias demasiado abstratas. Falando a propósito da história, P. Veyne nos adverte sobre o risco de se cair na “armadilha da abstração” que pode representar a utilização de tipologias. É o caso, por exemplo, da expressão “imperialismo romano”, escamoteadora do real significado histórico da ex-

pansão do domínio de Roma, que foi antes uma forma de isolacionismo do que algo similar ao imperialismo de Alexandre ou das nações européias no mundo moderno¹. As malhas grossas da tipologia podem sempre deixar passar fatos ou peculiaridades deles que não se-jam obviamente vinculados ao objeto considerado, mas que a um investigador menos empolgado com o seu próprio esquema conceitual poderiam revelar-se como indícios de relações insuspeitadas na trama da realidade². Nem mesmo o usual vezo metodológico de referir essas categorias a condições sociais e econômicas das quais elas seriam a “expressão” retiraria a esse estilo de estudos educacionais sua inevitável marca abstracionista, porque essas vinculações sem sólidas bases empíricas não evitariam a permanência num mero jogo conceitual.

O principal objetivo deste capítulo é o de chamar a atenção para a importância de os estudiosos da educação brasileira voltarem-se, também, para uma dimensão dessa realidade até hoje quase ausente das preocupações acadêmicas, mas que, como supomos, poderá conduzir a uma compreensão interessante da educação no Brasil. Trata-se da vida cotidiana das escolas. Desconhecemos tudo sobre essa vida e dela não temos quase registro, a não ser pelas reminiscências pessoais fortuitas e pelas fixações literárias ou artísticas em geral. Mas nem a recordação pessoal e nem o registro artístico são suficientes para a constituição de um saber sistemático sobre a educação de uma determinada época, podendo no máximo oferecer pistas e subsídios para investigações específicas, mas não substituí-las. O mais, que é o imenso fluxo de pequenos episódios, aparentemente atípicos e sem importância, desapareceu ou desaparecerá sem marcas. A evidência desse desaparecimento surge muito nitidamente quando formulamos até questões muito simples a propósito de quaisquer aspectos, passados ou presentes, da vida cotidiana escolar. Por exemplo, há seqüências fixas nas atividades escolares ao longo do dia? Por que e como foram estabelecidas? O que se costuma fazer na primeira aula de alfabetização? Como se alfabetizava no final do Império? E há dez, vinte, quarenta anos atrás? Quais as diferenças que ocorreram ao longo dos anos? Como são feitas as reuniões pedagógicas? E o registro das atividades de ensino, como evoluiu de 1930 para cá? Etc.

1. P. Veyne, *O Inventário das Diferenças*, trad. de S. Salzstein, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 12.

2. Com relação a uma outra temática e por outras razões, A. Lovejoy chegou à mesma idéia de Veyne quando disse: “A jardinagem, por exemplo, parece um assunto muito distante da filoso-

Centenas e até milhares de questões, mais ou menos interessantes do que essas, podem ser formuladas a propósito de inúmeros aspectos da vida escolar sem que se encontrem respostas para elas. Até mesmo sem nenhuma consideração sobre a importância ou desimportância que, eventualmente, teriam essas respostas para conhecimento da educação num certo período, é forçoso reconhecer que a sua inexistência ou a grande dificuldade que há em obtê-las indicam, com segurança, que não documentamos a vida escolar cotidiana em anos anteriores e que continuamos a não nos interessar em documentá-la. A nossa história da educação, no que diz respeito à vida cotidiana, é um território indevassado e, com relação a muitos períodos anteriores, talvez já seja definitivamente indevassável. No entanto, todos sabemos que o conhecimento histórico da educação de uma época não se esgota pelo conhecimento das idéias que a agitaram ou das leis e outras regulamentações que se fixaram. Rotinas não documentadas, hábitos que se extinguíram poderiam, eventualmente, como vimos no início deste capítulo, trazer informações interessantes sobre o estado da educação da época³.

fia; contudo, num determinado momento, pelo menos, a história da jardinagem converte-se em parte da história verdadeiramente filosófica do pensamento moderno. A moda do chamado 'jardim inglês' que tão rapidamente se estendeu pela França e pela Alemanha a partir de 1730, tal e como foi demonstrado por Monet e outros, foi a ponta de lança da corrente romântica, de uma classe de romantismo [...], tudo isto que afinal invadiria a vida intelectual europeia em todos os seus aspectos apareceu pela primeira vez em grande escala no começo do século XVIII e na forma da nova moda dos jardins de recreio". *La Gran Cadena del Ser*, trad. de A. Desmots, Barcelona, Icaria Editorial, 1983, pp. 23-24.

3. Desde 1929, com a fundação dos *Annales d'histoire économique et sociale* por L. Febvre e M. Bloch, a historiografia vem denunciando como excessivamente limitadora a orientação que vê na história apenas a sucessão de "tratados e batalhas". Após a notável renovação da história que então se iniciou, os estudos históricos ganharam uma excepcional relevância no campo das ciências humanas incorporando novos temas e novas metodologias como se evidencia na coletânea *Faire l'Histoire* (cuja tradução indicamos abaixo) e nos trabalhos de Foucault sobre a loucura, a clínica, a sexualidade etc. Escapa, porém, às ambições deste trabalho e a nossa competência, examinar, ainda que de passagem, a multiplicidade fecunda de direções em que, nas últimas décadas, se alargou o campo da história. Dentre a imensa bibliografia que trata do assunto, basta talvez referir os seguintes trabalhos: J. Le Goff e P. Nora, *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*, 3 vol., trad. de Theo Santiago, Henrique Mesquita e Terezinha Marinho [respectivamente], São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1976; F. Braudel, *Escritos sobre a História*, trad. de J. Guinsburg e Teresa Cristina S. da Mota, São Paulo, Perspectiva, 1978; P. Veyne, *Assim se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História*, trad. Alda Baltar e Maria A. Kneipp, Universidade de Brasília, 1982; P. Burke, *La Historiografía en Inglaterra desde La Segunda Guerra Mundial* [III Conversaciones Internacionales de História], Espanha, Universidade de Navarra, s.d.; *Memória - História* [Enciclopédia Einaudi], vol. 1, trad.

Mas não são apenas os historiadores da educação que se têm descurado do assunto do cotidiano escolar. Também outros especialistas em educação desconhecem-no inteiramente. Tome-se, por exemplo, o caso das reprovações escolares tantas vezes referido, discutido e apontado como indicativo da má qualidade do ensino e do malogro da escola. Os computadores cruzam as informações sobre reprovações escolares com uma multidão de fatores (biológicos, psicológicos, sociais e econômicos), e com isso descobre-se o que todos já sabem; mas e o dia-a-dia da prática educativa que culminou nesses resultados? *Ignorabimus!* Contudo, qual o fundamento para se presupor a irrelevância desse conhecimento para a compreensão do “fato” da reprovação escolar? Como alterar esse “fato” desconhecendo a trama da sua gestação? Outro exemplo. É lugar-comum do “saber” pedagógico-político-sociológico atual afirmar que a nossa educação pública é autoritária e repressiva, e para “demonstração” dessa verdade é usual argumentar-se invocando as normas de sua organização, administração, currículos, programas etc., como expressões de uma relação de dominação. Mas esse procedimento pode evidentemente ser enganoso no seu formalismo. É como se postulássemos que o quadro das ordenações legais e técnico-administrativas define com *necessidade lógica* o quadro real das relações pessoais entre alunos, professores e funcionários. Embora seja claro que determinado padrão formal de organização pode *tendencialmente* favorecer determinado padrão de relacionamento pessoal, não podemos *inferir logicamente* a existência deste da vigência daquele⁴. Mesmo porque esse favorecimento é uma simples indicação hipotética e não dispensa o es-

Fernando Gil [coord.], Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, e J. Le Goff *et alii*, *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1983.

Aqui apenas interessa chamar a atenção para o fato de que a expressão “tudo é História” (usada dentre outros por Braudel e Veyne) talvez seja a mais clara indicação de para onde caminhou o enriquecimento da temática histórica nas últimas décadas.

No Brasil, a história da educação tem sido, quase apenas, história das idéias, e os historiadores da educação têm restringido o seu temário à legislação maior, aos debates notáveis e à difusão de algumas idéias. Mesmo não cabendo aqui entrar no exame das razões de tal restrição, é evidente que, nos limites desse confinamento, fica prejudicada a possibilidade de uma compreensão histórica mais abrangente da educação brasileira, e por isso mesmo as análises de nossas transformações educacionais ficam altamente sujeitas aos destemperos das “sínteses” abstracionistas.

4. Se sistematicamente substituíssemos a descrição das relações entre os homens pela “dedução” do que deve ocorrer pela vigência de normas sobre o assunto, teríamos que concluir que no Brasil todos são iguais perante a lei e que não há crianças sem escola porque a educação é obrigatória etc.

crutínio no nível microscópico do dia-a-dia escolar se quisermos fazer afirmações não abstratas sobre o padrão efetivo de relações pessoais nas escolas. Sem esse esforço de investigação *sublunar*, como diria P. Veyne, as alegações sobre o caráter autoritário e repressivo da nossa educação pública revelam antes uma avaliação institucional-formal de caráter ideológico – epistemologicamente ingênua embora se julgue muito crítica – do que uma confiável descrição do padrão de relacionamento vigente nas escolas. A extravagância e a inteira inadequação dessa “metodologia” talvez se evidenciem com mais clareza se, *mutatis mutandi*, tomássemos o Código Penal e outras regulamentações pertinentes como descrições da realidade social e humana de nossas cadeias e penitenciárias. É claro que, nestes exemplos, apenas se quer ressaltar o exagero a que podemos ser conduzidos quando, ao invés de utilizar teorias abrangentes para orientar estudos descritivos específicos, entregamo-nos, a partir delas, a um dedutivismo inapropriado e que apenas pode produzir discursos ideológicos pretensamente explicativos.)

Feita essa digressão, com o único propósito de indicar a magnitude de nossa ignorância sobre o cotidiano escolar, e a lacuna que isso pode representar, devemos agora deixá-la de lado, porque é preciso preliminarmente enfrentar as difíceis e polêmicas questões referentes à importância do estudo da cotidianidade em geral.

Nas páginas precedentes pusemos ênfase na nossa ignorância quase total e de certo modo arrogante da vida cotidiana escolar. Apenas *sugerimos* que nessa lacuna possa estar a raiz de parte dos descertos e dos equívocos que compõem o nosso saber pedagógico. Porém, a instituição escolar é apenas uma dentre as múltiplas instituições sociais, e a vida que nela se desenvolve, embora possa ser concebida e analisada com relativa autonomia, é na verdade apenas um fragmento ou aspecto de uma vida social mais ampla. Por isso, precisamos ir além da simples sugestão de que a ignorância da vida cotidiana das escolas é uma falha, e argumentar no sentido de estabelecer a relevância do conhecimento da cotidianidade para o conhecimento do homem em geral, incluída aí naturalmente a educação. Em outras palavras, é preciso que elucidemos as razões do interesse que pode ter para as ciências humanas e a filosofia o estudo dessa miríade de gestos, palavras, pequenos episódios, enfim desses fatos *sans prestige* que, no dizer de Lefebvre, constituem a própria substância do cotidiano.

Para isso, partamos da expressão do próprio Lefebvre, segundo a qual o cotidiano é uma “soma de insignificâncias”, pequenos episódios sem cor, marcados pela monotonia das repetições. Aparentemente, essa expressão, quase pejorativa numa perspectiva teórica, desqualificaria o cotidiano como objeto digno de estudo, embora essa não fosse a intenção do autor – um dos pioneiros na investigação sistemática da cotidianidade. Contudo, sem muito esforço retórico, é possível discernir por detrás dessa aparência de irrelevância alguns pontos que, conjugadamente, nos conduzem a considerar com prudente reserva qualquer declaração sobre a desimportância cognoscitiva da vida cotidiana.

Ainda que não entremos, por enquanto, no exame do *significado* do “mundo da vida” (que é como Schutz se refere à vida cotidiana), é possível mostrar que este exibe certas características que, pela sua universalidade, sugerem a importância de seu estudo para conhecimento do homem.

Preliminarmente, é preciso levar em conta que os homens nascem, vivem e morrem numa cotidianidade ou como disse Lukács:

O primário é a conduta do homem na vida cotidiana, terreno o qual, em que pese sua importância central para a compreensão dos modos de reação mais elevados e complicados, continua ainda em grande parte sem ser estudado. O comportamento cotidiano do homem é começo e final ao mesmo tempo de toda atividade humana. Se nos representamos a cotidianidade como um grande rio, pode dizer-se que dele se desprendem, em formas superiores de recepção e reprodução da realidade, a ciência e a arte, que se diferenciam, se constituem de acordo com suas finalidades específicas, alcançam sua forma pura nessa especificidade – que nasce das necessidades da vida social – para em seguida, como consequência dos seus efeitos, de sua influência na vida dos homens, desembocar de novo na corrente da vida cotidiana⁵.

A obviedade dessas afirmações não deve obscurecer a importância de seu significado: não há realidade humana desvinculada da realidade concreta de uma cotidianidade. O caráter totalizante dessa abrangência significa que até mesmo as vidas humanas “inteiramente comprometidas” (no sentido lukacsiano) com os valores mais elevados da humanidade têm a sua base no mundo concreto da cotidianidade. Até mesmo o eventual desprendimento da *particularidade*

5. G. Lukács, *Estética 1 (La Peculiaridad de lo Estético)*, trad. de M. Sacristán, vol. 1, Barcelona, Grijalbo, 1982, p. 11.

do dia-a-dia se faz a partir de e por contraposição a esse mesmo dia-a-dia e não num plano qualquer transcendental. Como A. Heller deixa muito claro, por maior que seja a espiritualidade ou a elevação de um feito humano (no sentido de que ele não seja motivado por interesses imediatos e particulares), mesmo assim, ele é algo que pertence ao agir e produzir de homens concretos imersos – ainda que eventualmente não submergidos – no seu dia-a-dia. A própria ação insólita de um grande gesto heróico, por exemplo, só é julgada assim contra o pano de fundo incolor da cotidianidade⁶.

Contudo, a mera transcorrência numa cotidianidade não permitiria distinguir a vida humana de outras formas de vida, pois a existência de qualquer ser vivo (cuja duração não seja excessivamente breve) também se desenvolve num dia-a-dia. O ponto-chave para a distinção está no fato de que o cotidiano humano não se resume, como na vida animal ou vegetal, na sucessão diária de atos ou movimentos visando à simples sobrevivência física. Esta poderia ser explicada como resultado da interação entre a potencialidade de um patrimônio genético e a disponibilidade ambiental de recursos e de outras condições, enquanto, no caso humano, o cotidiano, até mesmo na sua mais rudimentar manifestação, extrapola os limites do físico e exhibe profundamente a marca do social e por isso do histórico. A própria solidão humana é povoada por outros homens. Por isso, ainda que se trate da ação isolada de um homem singular, é possível discernir nela o “reflexo” de padrões de uma convivência social historicamente construída⁷.

6. “os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem do mundo.” A. Heller, *O Quotidiano e a História*, trad. de N. Coutinho e L. Konder, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 14.

7. A expressão “reflexo”, de largo uso por alguns autores marxistas, tem conduzido a simplificações grosseiras quando se perde de vista o seu caráter metafórico. Então, o seu emprego sugere um mecanicismo tosco. Contra isso, Lefebvre faz uma vigorosa advertência: “A consciência de um homem é determinada por seu ser [social]. Como se diz ela o *reflete*. O termo ‘reflexo’ presta-se muito a confusões e sobretudo a simplificações. Para evitá-las é suficiente assinalar que na natureza o reflexo difere profundamente daquilo que ele reflete, e a imagem no espelho que na aparência é a reprodução do que está fora. A teoria segundo a qual há, de um lado, o objeto e, de outro, o seu reflexo na mente dos homens e que este reproduz aquele, é filosoficamente pueril.” H. Lefebvre, *Critique de la Vie Quotidienne (I - Introduction)*, Paris, L’Arche Editeur, 1968, p. 103.

Nesses termos, ao afirmar que a vida cotidiana reflete padrões sociais, nada foi esclarecido ainda. E o possível esclarecimento depende de investigações empíricas. Sobre o assunto convém atentar também para G. Lukács, *op. cit.*, cap. 1, onde o autor examina a idéia da arte, da ciência

Em conseqüência, por mais rudimentar que seja a cotidianidade humana, ela não tem a platidão da existência animal ou vegetal, determinada em todas as suas fases pelo mero esforço de sobrevivência num dado ambiente. Sem dúvida, também a vida humana, num sentido amplo, é uma luta pela sobrevivência, mas a trama da inter-subjetividade em que ela ocorre confere-lhe uma *heterogeneidade* não assimilável na vida de outros seres. Desde as sociedades mais arcaicas até as mais modernas, as atividades fundamentais de comer, beber, repousar e reproduzir-se, por força da convivência social, transformaram-se cada vez mais em complexas e distintas esferas de trabalho, lazer, religião, educação, política etc.⁸ Além disso, essas esferas de atividade, embora distintas, não coexistem simplesmente justapostas mas também nitidamente distribuídas numa *hierarquia*, fruto não apenas da posição dos homens na sociedade como também do momento histórico considerado. Na Antiga Grécia, por exemplo, as atividades ligadas ao trabalho (e portanto ao reino da necessidade e da sobrevivência) ocupavam o lugar proeminente na vida dos escravos e das mulheres, enquanto, para os homens livres, a proeminência era da atividade política no sentido amplo que então tinha⁹.

Segundo H. Arendt, desde esse momento até os tempos modernos, pode-se perceber a ampliação de significado do termo “social”, então indicativo de um mero viver entre semelhantes (e que os próprios animais exibem) até o sentido abrangente que, hoje, engloba todas as atividades humanas numa referência, tácita ou explícita, à essencialidade da convivência social¹⁰. Evidentemente, quando a autora fala em “ascendência da esfera social”, é apenas para frisar que nos

e da vida cotidiana como reflexos de uma realidade mais ampla, mas nunca como “fotocópias” da mesma. Ver também: N. Lobkowitz, “Reflection”, em C. D. Kernig [ed.], *Marxism, Communism and Western Society (A Comparative Encyclopedia)*, Alemanha Federal, Herder e Herder, vol. 1, 1978, pp. 138-143.

8. “Certos animais têm órgãos iguais aos do homem; mas a percepção da beleza visual ou sonora da arte ou da música é uma faculdade humana, uma criação social. A actividade sexual, comer e beber não constituem para o homem uma simples satisfação de impulsos biológicos, pois essas actividades transformaram-se, no decurso do progresso da sociedade, em interacção criadora entre o homem e o mundo natural, em acções que produzem satisfações múltiplas.” A. Giddens, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, trad. de M. do Carmo Cary, Lisboa, Editorial Presença, 2ª ed., 1984, p. 43.

9. Cf. A. Heller, *op. cit.*, p. 18.

10. “A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não

tempos modernos a atividade social (pública) deixou de ser eminentemente política, como fora na Antiguidade Grega, para ser apenas social *tout court*. Por causa dessa ampliação de significado, H. Arendt diz que, hoje, “o termo ‘social’ começa a adquirir o sentido geral de condição humana fundamental”¹¹.

Levando em conta essa “ascendência” do social e o fato de que a função principal do processo de socialização é instalar o homem numa cotidianidade, podemos, pois, dizer que a *cotidianidade é a própria condição humana fundamental* porque tudo o que atinge o homem ao longo de sua existência nada mais é do que mudanças, deslocamentos, fugas etc. dessa condição fundamental¹².

Aparentemente, essa afirmação é de uma trivialidade exasperante. Porém, com a sua formulação, pretendemos dar ênfase ao pressuposto, não trivial, de que o estudo da vida cotidiana representa uma *possibilidade* de ser o ponto de partida para a fundação de uma ciência do homem, isto é, que os objetos que ocupam a região da cotidianidade humana (linguagem, relações, hábitos, rituais, gestos, usos, artefatos etc.) são potencialmente reveladores do ser do homem tanto individual como social. Nessa acepção, o plano da cotidianidade é o *locus* privilegiado onde ocorre toda diferenciação humana, *quaisquer que sejam os fatos diferenciadores e os modos pelos quais operem*.

É claro, porém, que essa possibilidade – o acesso ao conhecimento do homem (enquanto ser social e individual) a partir de sua cotidianidade – não goza de nenhuma evidência apriorística, e a sua pressuposição aqui significa, principalmente, o estabelecimento (ou a retomada) de uma idéia reguladora da investigação empírica dos fatos

era privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna que encontrou sua forma política no estado nacional.” H. Arendt, *A Condição Humana*, trad. de Roberto Raposo, Forense/Edusp, 1981, p. 37.

11. *Idem*, p. 33.

12. Essa afirmação já foi claramente enunciada por Lefebvre e de modo ainda mais enfático do que aqui o fazemos, pois nem mesmo hesitou em usar na sua formulação a expressão tabu “natureza humana”. Disse ele: “Se tomamos a expressão *natureza humana* no seu sentido pleno e dialético, podemos dizer que a crítica da vida cotidiana estuda concretamente a natureza humana.” H. Lefebvre, *Crítique de la Vie Quotidienne (I – Introduction)*, Paris, L’Arche, p. 109.

Embora tenhamos nos inspirado em Arendt para afirmar a cotidianidade como a própria condição humana fundamental, não estamos lhe atribuindo essa idéia. Pelo contrário, estamos convencidos de que ela a recusaria, pois, com relação ao assunto, como veremos mais adiante, sua posição é de reserva quanto à possibilidade de que o estudo do homem deva partir de suas relações no dia-a-dia.

humanos. Contudo, a simples admissão de uma tal idéia seria insuficiente para orientar investigações que sejam mais do que meros colecionamentos arbitrários de fatos *sans prestige* na fonte ilimitada da vida cotidiana. A potencialidade reveladora dos objetos da cotidianidade precisa ser teoricamente ativada para que as possíveis revelações ocorram. De nada adiantaria simplesmente postular a fecundidade do estudo da vida cotidiana para o conhecimento do homem sem indicar como é possível obter esse conhecimento a partir da cotidianidade. Para isso, é indispensável a formulação de teorias que indiquem seletivamente o que e como descrever e analisar aquilo que, sem elas, seria um caos factual.

A plena compreensão desse ponto é essencial para que se desfaça a ilusão de que basta admitir a importância da cotidianidade e então buscar a “metodologia adequada” para o seu estudo, na esperança de que assim se obteriam resultados cognoscitivos interessantes. Aliás, a própria asseveração da importância da realidade cotidiana para o conhecimento do homem já está comprometida, explícita ou tacitamente, com uma visão sobre os constituintes ontológicos fundamentais da cotidianidade. Compromisso sem o qual seria impossível hierarquizar esses constituintes em termos de sua relevância para o conhecimento do homem. Mas a própria idéia da importância do estudo da vida cotidiana é altamente polêmica se for discutida além de sua aparente trivialidade. Com relação a esse ponto, Marx, por exemplo – que pioneiramente deu ênfase ao estudo da situação concreta de vida como a base de uma ciência do homem –, não encontrou para esta idéia uma repercussão conseqüente e sistemática entre seus seguidores. Até pelo contrário, muito do que se propõe como investigação “marxista” despreza arrogantemente a importância da concretude das situações humanas e apenas representa um exercício de classificação, como procuramos mostrar no capítulo anterior¹³.

13. Aliás, este descaminho do marxismo foi ironizado por Sartre, quando comenta: “Valéry é um intelectual pequeno-burguês; quanto a isto, não há dúvida. Mas nem todo intelectual pequeno-burguês é Valéry. A insuficiência heurística do marxismo contemporâneo revela-se nestas duas frases. Para apreender o processo que produz a pessoa e seu produto no interior de uma classe e de uma sociedade dada, num momento histórico dado, falta ao marxismo uma hierarquia de mediações. Qualificando Valéry de pequeno-burguês e sua obra de idealista, ele não encontrará, em um como no outro, senão aquilo que ele pôs”. J. P. Sartre, *Questão de Método* [Os Pensadores], vol. XLV, trad. Bento Prado Jr., São Paulo, Abril Cultural, 1ª ed., 1973, p. 142.

Na linha da tese de que a ciência do homem não poderia *nem iniciar-se, nem restringir-se* ao estudo de aspectos da cultura (abstratamente considerados) como a religião, a arte, a filosofia, o direito etc., Marx disse: “não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso, parte-se dos homens, da sua atividade real”¹⁴.

No entanto, a adoção dessa idéia feuerbachiana de que o material básico da história são “homens históricos reais”, e não o Homem, permanece ainda hoje muito obscurecida e até mesmo negligenciada não apenas no âmbito do marxismo, mas, também, em amplos setores das ciências humanas, com exceção apenas das áreas de história e da antropologia. Aliás, numerosas são as passagens em que Marx apontou claramente para a necessidade de estudos empíricos a fim de estabelecer o relacionamento das condições concretas de vida dos homens com aspectos mais amplos e duradouros da cultura. Contudo, talvez em razão da própria força política dos escritos marxianos, muitas de suas idéias de grande fecundidade heurística ficaram ofuscadas nesse aspecto. Dentre elas, sem dúvida nenhuma, a da necessidade de estudo das condições concretas da vida dos homens. Lukács – um dos raros marxistas que teve acuidade para a importância do tema (e que percebeu a minguagem de seu estudo) – explicou essa rarefação nos seguintes termos: “é essencial à atitude de toda epistemologia burguesa, e antes de tudo à idealista, remeter, por uma parte, todas as questões genéticas do conhecimento à antropologia etc., e não estudar, por outra parte, senão os problemas das formas mais desenvolvidas e puras do conhecimento científico”¹⁵.

Porém, essa passagem revela muito mais o vigor da motivação política do autor do que a adequação do juízo, pois silencia completamente sobre o fato de que, no âmbito da própria tradição intelectual marxista, o interesse pelo estudo sistemático do cotidiano foi tardio e escasso¹⁶. Além disso, omite a centralidade da vida cotidiana para to-

14. K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, vol. 1, trad. de C. Jardim e E. L. Nogueira, Lisboa, Presença/Martins Fontes, s.d., p. 26.

15. G. Lukács, *op. cit.*, p. 33.

16. Estamos convencidos de que o principal da discussão sistemática, no âmbito do marxismo, sobre a cotidianidade – não no sentido empírico – mas no de sua importância como ponto de partida para os estudos humanos, pode ser localizado nas seguintes publicações (nas versões a que tivemos acesso):

do o movimento psicanalítico, a importância concedida ao pensamento cotidiano na sociologia de inspiração husserliana e weberiana de A. Schutz e, finalmente, desconhece também o movimento filosófico que, na década de 30, convergiu seus esforços para a análise da linguagem comum sob a influência de Wittgenstein ou de Moore. Mas, no ponto básico, Lukács tinha inteira razão, pois, em verdade, o tema da cotidianidade sempre foi mais ou menos negligenciado dentro e fora do marxismo. Quais as razões desse indiferentismo temático? Embora o desenredo da questão escape aos objetivos e possibilidades deste trabalho, não é, todavia, alheio à preocupação central deste capítulo – a importância da vida cotidiana – pois, esse menosprezo pelo tema não pode ser, evidentemente, mera questão de gosto, mas deve se ligar a uma perspectiva de estudo dos assuntos humanos, segundo a qual os objetos da cotidianidade não têm possibilidade de constituir o ponto de partida para o conhecimento do homem. Ilustrativa desta perspectiva é, por exemplo, a posição de H. Arendt:

As leis da estatística são válidas somente quando se lida com grandes números e longos períodos de tempo, e os atos ou eventos só podem ser vistos estatisticamente como desvios ou flutuações. A justificativa da estatística é que os feitos ou eventos são ocorrências raras na vida do dia-a-dia e na história. Contudo, o significado das relações cotidianas revela-se não na vida do dia-a-dia, mas em feitos raros, tal como a importância de um período histórico é percebida somente nos poucos eventos que o iluminam. Aplicar à política ou à história a lei dos grandes números e dos longos períodos é nada menos que obliterar voluntariamente o próprio objeto destas duas; e é uma empresa inútil buscar o significado na política ou importância na história quan-

- Lefebvre, Henri. *Critique de la Vie Quotidienne, I (Introduction)*. Paris, L'Arche Éditeur, 1945.
- . *Critique de la Vie Quotidienne, II (Fondements d'une Sociologie de la Quotidienneté)*. Paris, L'Arche Éditeur, 1961.
- . *Critique de la Vie Quotidienne, III (De la Modernité au Modernisme – Pour une Méta-philosophie du Quotidien)*. Paris, L'Arche Éditeur, 1981.
- . *La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno*. Trad. de Alberto Escudero, Madri, Alianza Editorial, 1972. [O original francês é de 1968.]
- Lukács, G. *Estética I (La Peculiaridad de lo Estético)* vol. 1. Trad. de Manuel Sacristán, Barcelona, Grijalbo, 1982. [A tradução do alemão é de 1963.]
- Heller, A. *O Quotidiano e a História*. Trad. de C. Nelson Coutinho e L. Konder. Paz e Terra, 1972. [A tradução do alemão é de 1970.]
- . *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Trad. J. F. Ivars e E. Pérez Nadal. Península, 1977. [Tradução autorizada pela autora das versões alemã e italiana. O original húngaro é de 1979.]
- Kosik, K. *Dialética do Concreto*. Trad. de C. Neves e A. Toríbio. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, 2ª ed. [O original é checo, 1963, e a tradução foi confrontada com a versão italiana de 1965.]

do tudo que não seja conduta diária ou tendência automática é descartado como irrelevante¹⁷.

O tom desse trecho evoca não apenas a idéia de história como o registro de “tratados e batalhas” como também o desalento com que Ortega y Gasset lamentava, na década de 30, o “advento das massas ao pleno poderio social”. A multidão, segundo ele, ocupara todo o cenário social e político e transformara-se no “personagem principal”. Por isso, “já não havia protagonistas, mas apenas coro”¹⁸. Num mundo assim *massificado*, também não há mais lugar para os “feitos raros”, pois estes são a marca da

vida esforçada, sempre pronta a superar a si mesma, a transcender do que já é, e até do que se propõe como dever e exigência. Desta maneira, a vida nobre fica contraposta à vida vulgar e inerte que, estaticamente, se recolhe em si própria, condenada à perpétua imanência [...] Daí que chamemos massa a este modo de ser do homem – não tanto porque seja multitudinário, quanto porque é inerte¹⁹.

Longe de nosso propósito pretender, por meio dessas citações, estabelecer qualquer paralelo entre esses autores, de resto tão diferentes e peculiares; quisemos apenas assinalar o que há de comum – apesar das diferenças – nessa visão da história que não se compatibiliza com a idéia de alguma importância daquilo que não tem relevo, que é repetitivo, banal e expressão da mesmice que, afinal de contas, é a marca do cotidiano. Aliás, também A. Heller – marxista e estudiosa da vida cotidiana – reafirma no fundo, embora por outras razões, a mesma idéia. Para ela, ao longo das várias páginas de sua *Sociologia da Vida Cotidiana*, em que tenta responder à questão que se propôs: “É possível revelar a estrutura de uma determinada sociedade, e o grau de desenvolvimento genérico, examinando a vida e o pensamento cotidianos?”; a resposta é *sim*, em “épocas muito primitivas”. Após esse hesitante “sim”, Heller reflui para o *não* com a ressalva de que “a resposta negativa não é absoluta” e, finalmente, conclui que “a vida cotidiana não permite simplesmente captar o desenvolvimento da vida social”²⁰.

17. H. Arendt, *op. cit.*, p. 52.

18. J. Ortega y Gasset, *La Rebelión de las Masas*, Buenos Aires, Espasa/Calpe Argentina, Undécima edição, 1951, p. 43.

19. *Idem*, p. 83.

20. A. Heller, *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Trad. J. F. Ivars e E. P. Nadal, Barcelona, Ediciones Península, 1977, pp. 110-115.

Em face desse quadro, em que, não obstante a variedade de posições, a tendência dos veredictos é no sentido de frisar a desimportância do cotidiano, não é possível aceitar a afirmação de Lukács de que a recusa da temática da cotidianidade pode ser explicada rotulando de burguesa a posição teórica que faz essa recusa. Do mesmo modo que não é possível qualificar sumariamente, por qualquer etiqueta, a irrupção nos últimos tempos de um autêntico modismo em matéria de estudos do cotidiano e que, em alguns casos, assumem até mesmo a feição de um apologismo exacerbado, como se pode notar no seguinte trecho de Maffesoli:

Como exprimir as correntes quentes da existência com termos que, qualquer que seja a preocupação com o matiz, permanecem frios. Para dizer a monumentalidade das grandes formas econômicas e sociais, o esquematismo ou a grelha da leitura pré-estabelecida podem muito bem funcionar. Não se passa o mesmo com os pequenos nadas, essas brechas minúsculas, essas criações em estilo menor que constituem a vida de todos os dias. Tais como os fios que entretecemos para confeccionar um tecido, formam o essencial da trama societal e contudo são difíceis de apreender e analisar. Mas, é sabido que as revoluções políticas são anunciadas, preparadas e feitas por acontecimentos na aparência anódinos²¹.

Numa outra linha teórica e numa outra linguagem, igualmente enfática, A. Schutz também confere ao estudo da vida cotidiana a condição de caminho exclusivo para construção de uma ciência do homem:

As ciências que aspiram a interpretar e explicar a ação e o pensamento humanos devem começar com uma descrição das estruturas fundamentais do pré-científico, da realidade que parece evidente para os homens que permanecem na atitude natural. Esta realidade é o mundo da vida cotidiana. [...] *O mundo da vida cotidiana é, por conseguinte, a realidade fundamental e eminente do homem*²².

O registro da vida cotidiana sempre despertou o interesse de cronistas e de viajantes e, em tempos mais recentes, essa tradição de registro assumiu a feição mais técnica do relato antropológico ou histórico. Porém, o movimento pendular que podemos observar hoje entre o menosprezo pela temática da cotidianidade e a adesão à mesma, como única ou principal via dos estudos humanos, é algo que

21. M. Maffesoli, *O Conhecimento do Quotidiano*. Trad. de J. Laury, Lisboa, Vega, s.d., p. 47.

22. A. Schutz e T. Luckmann, *Las Estructuras del Mundo de la Vida*. Trad. de N. Míguez, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1977, p. 25. Grifos nossos.

difícilmente poderia ser admitido como mera continuidade daquela tradição. Como já dissemos, esse assunto nos seus vários desdobramentos foge aos propósitos deste trabalho, mas, ainda assim, é interessante referir aqui as hipóteses de Franco Crespi sobre a vinculação entre o apreço ou o despreço pelo tema da cotidianidade a atitudes gerais em face da vida. Para ele, “há uma tendência geral, na nossa cultura, em recusar ou empobrecer o cotidiano, escamoteando sua dimensão autêntica e reduzindo-o à banalidade”²³. Essa tendência estaria “*estritamente ligada à interpretação unilinear e teleológica do tempo histórico e à perspectiva de uma redenção final das contradições que se manifestam na situação presente*”²⁴. Em face desse mundo da “rotina cinzenta”, do repetitivo e do banal, alguns se refugiam num futuro promissor desenvolvendo uma atitude que o autor chama de “lógica da espera”²⁵, segundo a qual o momento presente não tem maior importância, pois nada mais é do que uma “fratura”, uma “cisão” na linha da evolução histórica que conduzirá à plena realização humana. Este momento – o presente cotidiano – é, pois, em si próprio, despojado de qualquer significado.

Em contraposição a essa lógica da espera há também uma “lógica da atenção”²⁶ que, ao invés de considerar o cotidiano como o domínio da banalidade irrelevante, reconhece nele o lugar privilegiado da revelação do social que tem conduzido atualmente à proliferação de estudos sobre o cotidiano²⁷, a partir, porém, da idéia de que a região da cotidianidade é uma região de indeterminação e de imprevisibilidade e, por isso mesmo, dificilmente apreensível pelo aparato conceitual das macroteorias²⁸.

23. F. Crespi, “Le Risque du Quotidien”, em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIV, jan.-jun., 1983, p. 41.

24. *Idem*, p. 21.

25. “A espera é a atitude fundamental daquele que julga que haja uma solução final das contradições da existência. Se o presente mostra uma situação inconciliável (e como poderia não ser assim?), a espera vira as costas ao presente e olha para o futuro, no qual ela projeta a imagem de uma conciliação final (Céu ou sociedade perfeita).” *Idem*, p. 42.

26. “A lógica da atenção é, ao contrário, completamente diferente porque ela se concentra sobre o presente e sobre o cotidiano como o único lugar da existência e como situação caracterizada pela relação entre as formas *determinadas*, ligadas às condições materiais e sócio-culturais do momento concreto e à dimensão do *indeterminado* que é sempre próprio do vivido.” F. Crespi, *op. cit.*, p. 42.

27. O volume do *Cahiers* referido nas notas anteriores é dedicado à “Sociologie des Quotidiennetés” e, no conjunto dos trabalhos publicados, oferece um quadro geral da orientação dos estudos em língua francesa.

28. Sobre este ponto, vale registrar a opinião de F. Ferrarotti quando observa que uma espécie de

Como vimos, ao longo deste capítulo, a importância da temática da cotidianidade é polêmica quando examinada de maneira não trivial e, embora possa envolver posições ideológicas, dificilmente seria compreensível apenas por uma linha de análise reducionista nesse sentido. A vinculação que F. Crespi procura estabelecer entre o apreço e o despreço pela temática e atitudes fundamentais representa, sem dúvida, uma ampliação do quadro de análise, mas ainda assim não evita o nível exclusivamente retórico em que o assunto tem sido discutido. No nosso modo de entender, a importância do estudo da vida cotidiana só pode ser mais fecundamente examinada se, ao mesmo tempo, focalizarmos a questão da possibilidade de acesso, a partir dela, ao social num sentido mais amplo. Sem isso, a importância da cotidianidade ficará teoricamente muito reduzida e, apenas eventualmente, a descrição da vida cotidiana terá algum valor científico para conhecimento do homem.

“remorso” cultural tem levado muitos estudiosos, principalmente quando se trata de investigações referentes às classes populares, presumivelmente portadoras de uma cultura “baixa” (*basse*), a supervalorizar o cotidiano “mesmo nos seus aspectos evidentemente mais banais e insignificantes”. F. Ferrarotti, *Histoire et Histoires de Vie*. Trad. de M. Modak, Librairie des Meridiens, Paris, 1983, p. 93.